

A Secretaria Administrativa tem como objetivo central assessorar a Diretoria do Foro nos assuntos administrativos da Seção Judiciária.

Os primeiros funcionários da Secretaria da Justiça Federal de Pernambuco, tiveram sua nomeação publicada no Diário Oficial da União de 18/08/1967. Todos eles vieram de outros órgãos e foram aproveitados conforme o Art. 74, §2º da Lei nº 5010, de 30 de maio de 1966.

Art. 74 – As primeiras nomeações de Juizes Federais e de Juizes Federais Substitutos serão feitas por livre escolha do Presidente da República, dentre brasileiros de saber jurídico e reputação ilibada.

§ 2º) Para o primeiro provimento dos cargos dos serviços auxiliares da Justiça Federal poderão ser aproveitados servidores estáveis da União, inclusive das Secretarias dos Tribunais Federais e das Varas da Fazenda Federal do Distrito Federal, e, ainda, servidores estáveis das Varas da Fazenda Nacional dos Estados.

Foram nomeados para provimento nos vários cargos existentes, tais como: Chefe de Secretaria, Auxiliares Judiciários, oficiais judiciários, porteiro e auxiliar de portaria:

1. Leônidas Câmara – Ministério das Comunicações;
2. Antônio Roberto Tolêdo – REFESA;
3. Luiz Bruno Pereira Vilaça – Ministério da Saúde;
4. Maria Rute Ferraz Teixeira – Ministério da Educação e Cultura;
5. Maria da Piedade de Gusmão Medeiros – Ministério da Educ. e Cultura;
6. Antonieta Machado de Oliveira – Ministério da Educ. e Cultura.
7. Carlos José de Lemos – Ex-combatente;
8. Acácio Ferreira de Carvalho – Ministério da Aeronáutica.
9. Orlando Toledo Maia – Ministério das Comunicações;
10. Luis Andrade Caminha – Sargento da Marinha de Guerra;
11. Miguel Campelo de Oliveira Filho – Ministério da Educação e Cultura;
12. Albano Maia – Ex-combatente;
13. Raimundo Rossi de Sousa – Ex-combatente;
14. Osvaldo de Luna Sales – Ex-combatente
15. Néelson Moreira Franco – Território Federal de Roraima;
16. José Calheiros de Vasconcelos – INPS;
17. José Ricardo Picallo – Ministério das Comunicações;
18. Gutemberg Pereira Filho - Distrito Federal;
19. Marcelino Sebastião Maciel – Ex-combatente;
20. Antônio Ferreira Jardim – Presidência da República;
21. João Valentim dos Santos – Ministério da Justiça;
22. Teresinha Lopes Accioli – Instituto Nacional de Previdência Social.

A Secretaria Administrativa teve os seguintes diretores:

- 1967 a 1983 – Leônidas Câmara;
- 1983 a 1988 – Maria Ruth Ferraz Teixeira;
- 1988 a 1989 – Maria Flávia Leite Marques;
- 1989 a 1992 – Maria Glória Chiappeta dos Santos;
- 1992 a 1993 - Valtenyce Xavier Pinto
- 04/ 1994 a 03/1997 – Sorária Maria Rodrigues Sotero Caio;
- 08/1997 a 09/1997 – Emília Tereza Pegado Santos;
- 09/1997 – Robson de Souza;

- 09/1997 a 2000 – Sorária Maria Rodrigues Sotero Caio.

Passou por várias alterações estruturais desde sua instalação em 1967.

Atualmente de acordo com o disposto no art. 96, I, b, da Constituição Federal e no art. 2º da Lei nº 8634, de 12 de março de 1993, foram criados os cargos de Diretores de → Núcleo no Quadro Permanente de Pessoal das Secretarias das Seções Judiciárias da Justiça Federal de 1º Grau da 5ª Região. A Port. nº 293/96-DF designou os primeiros Diretores de Núcleo a saber:

- Josemar do Carmo Melo - Núcleo de Administração
- Sorária Maria Rodrigues Sotero Caio – Núcleo Judiciário
- Yone Gomes de Barros – Núcleo de Recursos Humanos

De acordo com a Resolução nº 20, 13/12/95, do TRF da 5ª Região, o Manual de Atribuições da Seção Judiciária de Pernambuco, atualizado em 30/12/99, integram a SECAD:

- Setor de Registro e Autuação de Procedimentos Administrativos;
- Setor de Serviços Médicos;
- Seção de Desenvolvimento Organizacional;
- Comissão Permanente de Licitação, bem como os Núcleos de Administração, Recursos Humanos e Judiciário.

O Núcleo de Administração tem como missão coordenar, acompanhar, fiscalizar e avaliar as atividades inerentes aos serviços administrativos, modernização administrativa, informática, biblioteca, entre outras atividades da área-meio. É composto pelas seguintes seções:

- Seção de Orçamento e Finanças;
- Seção de Licitações e Contratos;
- Seção de Material e Patrimônio;
- Seção de Serviços Gerais e Administração Predial;
- Seção de Segurança e Transportes;
- Seção de Informática;
- Seção de Biblioteca

O Núcleo Judiciário tem como objetivo coordenar e dirigir as atividades de Apoio à organização, entrada, distribuição e processamento dos feitos. É integrada pelas seguintes seções:

- Seção de Distribuição;
- Seção de Arrecadação
- Seção de Contadoria;

Já o Núcleo de Recursos Humanos é composto das Seções de:

- Seção de Legislação de Pessoal;
- Seção de Cadastro, Provimento e Vacância;
- Seção de Folha de Pagamento;
- Seção de Programas e Benefícios;
- Seção de Treinamento e Aperfeiçoamento

ADMINISTRANDO

Além das atividades cotidianas, alguns setores têm merecido uma atenção especial, seja pela importância para o desenvolvimento da Justiça Federal, ou pelas próprias necessidades dos funcionários. Em resumo, são elas:

a) A Seção de Legislação de Pessoal tem como função primordial, zelar pela vida funcional do Magistrado e servidor, no que diz respeito ao controle de:

- Provimento de cargos;
- Anotações pertinentes aos assentamentos funcionais;
- Processos administrativos, com a análise de direitos e deveres;
- Aprimoramento de capacitação funcional, através de treinamentos (cursos, palestras, seminários etc.)

Até fins de 1989 o cadastro da Seção de Pessoal, como era chamada anteriormente, era organizado manualmente em fichas, onde se registravam os afastamentos, férias, alterações de dados pessoais, folha de pagamento e outras anotações pertinentes à vida funcional do servidor.

A partir de 1990, começou a implantação dos recursos de informática com relação a folha de pagamento e em 1996 passou a permitir a consulta automática dos créditos da folha de pagamento e do Sistema de Recursos Humanos, que substituiria as fichas manuais.

A Seção de Pessoal teve como ^{supervisor} chefe os seguintes servidores:

1. Maria Ruth Ferraz Teixeira
2. Marsilon Accioly Lins
3. Maria Francisca da Silva Neta
4. Severina Bezerra Brasilino
5. Laurineide almeida Godoi
6. Nancy Barbosa de Oliveira

Com a resolução nº 13, 04 de agosto de 1993 o TRF – 5ª Região a Seção de Pessoal, passou a integrar o núcleo de Recursos Humanos, passando a chamar-se Seção de Legislação de Pessoal e foram criadas outras Seções e Setores que contribuíram para uma melhor distribuição de tarefas

b) A Seção de Biblioteca, iniciou suas atividades em abril de 1986, no prédio situado à Av. Dantas Barreto, 1080 – Bairro de São José, tendo como finalidade atuar como centro de documentação e informação. E, como objetivo atender à demanda informacional dos magistrados e servidores da Justiça Federal de Pernambuco, bem como do público externo envolvido com a documentação jurídica.

Seu acervo inicial foi composto de livros já existentes, espalhados pelas varas e em depósito situado na sede anterior, que foi na Rua da Moeda.

Em 1992, o Conselho da Justiça Federal -CJF aprovou a implementação do Sistema Documental - JUSDATA, que dotou o Conselho da Justiça Federal, os Tribunais Regionais Federais e as Seções Judiciárias de um “Sistema de informação automatizado,

coordenado e descentralizado, adequado ao atendimento das necessidades de informação dos Juizes Federais e servidores”.

Em 1995, a Justiça Federal, instala-se no Fórum Arthur Marinho, sendo destinado para a biblioteca, hoje denominada Biblioteca Petrônio Maranhão Gomes de Sá, (Port. nº 42/96-DF) um espaço no 3º andar, onde permanece

Em julho de 1997 com a implantação do Sistema de Apoio Bibliotecário Automatizado - SABIA, facultou-se aos usuários o acesso a consulta do acervo (livro), através de terminais de vídeo. Esse sistema trouxe aos usuários, maior rapidez, eficiência e precisão não só na obtenção de informações, como no sistema de empréstimo.

Em maio 2000, a Biblioteca passou a fazer a divulgação de seus serviços, através da Intranet.

c) A Seção de Treinamento foi criada a partir da Res. Nº 20/95 do TRF da 5ª Região, mas somente em julho/96, teve suas atividades iniciadas, com o objetivo de promover treinamento e aperfeiçoamento dos servidores desta seccional. Foi criado então o Centro de Estudos, por meio da Portaria nº 154/96-DF, sendo coordenado pelo Juiz Antônio Bruno de Azevedo Moreira ao qual a Seção ficou vinculada e, instalado no 3º andar do Edifício-Sede. Através da Portaria nº 239/97-DF, o Auditório passou a denominar-se Juiz Hugo de Brito Machado.

Foi então dado início o Levantamento das Necessidades de Treinamento com todos os setores e varas e elaborado um Programa de Capacitação dos Servidores da Justiça Federal de Pernambuco, que vem sendo implementado a cada ano. Desde 1997, foi feita uma parceria com a FUNDAJ/ENAP/FAT para realização de treinamentos em várias áreas, para oportunizar a participação de servidores da Seção Judiciária de Pernambuco em cursos realizados em conjunto com outros órgãos federais. Em 1999, foi assinado convênio com a Escola de Contas Professor Barreto Guimarães do Tribunal de Contas de Pernambuco, visando também a capacitação dos servidores e este ano foi enviado Projeto de Capacitação para o Governo do Estado, junto à Secretaria de Planejamento para receber recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador e serem ministrados os cursos. Foram realizados vários cursos e palestras que podem ser observados nas fotos dos eventos realizados.

Com a criação do Tribunal Regional Federal – 5ª Região, houve até o presente momento quatro concursos para o cargo de Juiz Federal Substituto

1º CONCURSO		
EDITAL ABERTURA	DATA DA HOMOLOGAÇÃO	NOME DOS JUÍZES
23/11/1989/ Pub. DOE/PE 25/11/1989	07/08/1991/ Pub. DJU(II) 14/08/1991	Edvaldo Batista da Silva
		José Manuel Zeferino de Melo
		Petrônio Maranhão Gomes de Sá
		Ubiratan de Couto Mauricio
2º CONCURSO		
EDITAL ABERTURA	DATA DA HOMOLOGAÇÃO	NOME DOS JUÍZES
08/11/1991/ Pub. DJU(II) 25/11/1991	14/10/1993/Pub. DOE/PE 16/10/1993 e DJU(II) 20/10/1993; Repub. DOE/PE 23/10/1993 e DOU(II) 27/10/1993	Edwiges C. Rocha de Moraes
		Élio Wanderley de Siqueira Filho
		Hélio Silvio Ourem Campos
		Nilcéa Maria Barbosa Maggi
		Rogério de menezes Fialho Moreira
3º CONCURSO		
EDITAL ABERTURA	DATA DA HOMOLOGAÇÃO	NOME DOS JUÍZES
09/06/1994/ Pub. DOE/PE 15/06/1994; DOU(I) 20/06/1994 e DOU(III) 23 e 24/06/1994	02/12/1998/Pub. DOU(III) 04/12/1998	Alcides Saldanha Lima Ana Cecília Mendonça de Souza Frederico José Pinto de Azevedo José Helvesley Alves Karla de Almeida Miranda
4º CONCURSO		
EDITAL ABERTURA	DATA DA HOMOLOGAÇÃO	
9/07/1999/ Pub. DJU(II) 14/07/1999	Em fase final	